



Empresas esperam reverter no STF entendimento sobre terceirização

A terceirização, que coloca em lados opostos empresas e Ministério Público do Trabalho (MPT) em meio a centenas de ações civis públicas e indenizações milionárias, será analisada pela primeira vez pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A notícia trouxe aos empresários a esperança de reverter uma batalha que têm perdido há tempos na Justiça do Trabalho. Os ministros do Supremo julgarão se as empresas podem terceirizar suas principais atividades (atividades-fim). O Tribunal Superior do Trabalho (TST), última instância trabalhista, é contrário, razão pela qual as empresas perdem a maioria dos recursos que chega à Corte. Hoje tramitam cerca de 20 mil processos sobre o tema. Mais de 10 milhões de pessoas trabalhavam em empresas que prestam serviços terceirizados em 2011, 25,5% do mercado formal, segundo estudo do Dieese e CUT Nacional. Sem regulamentação específica - apesar de o MPT entender que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) fornece subsídios para tratar do tema - e sem avançar nas discussões sobre os limites dessa terceirização no Legislativo e no Executivo, o Supremo poderá ser o responsável por definir os rumos dessas contratações.

Para o advogado José Alberto Couto Maciel, da Advocacia Maciel, o Judiciário só deveria coibir a terceirização que envolve fraude no contrato de trabalho ou o não pagamento de salários, por exemplo. Para tanto, é necessário uma lei que regulamente o tema ou uma decisão definitiva do Supremo para permitir a terceirização.

O coordenador nacional de Combate às Fraudes Trabalhistas do MPT, José de Lima Ramos Pereira, afirma que o órgão não é contra a terceirização em si. A questão é interpretada como a diferença de tratamento entre o trabalhador contratado e o terceirizado de uma mesma empresa - salários menores, jornadas maiores, um número maior de acidentes fatais de trabalho e o enfraquecimento do movimento sindical. Destaca que o MPT busca a igualdade de direitos e o fim da precarização, cumprindo, assim, os anseios da Constituição Federal. O procurador explica que não há lei específica sobre o tema, mas que por interpretação dos artigos 2º e 3º da CLT, que dão a definição de empregador, é possível saber o que não pode ser terceirizado. A CUT já pediu uma audiência com os ministros do STF, pois se o Supremo permitir a terceirização em todos os níveis, temem uma onda de terceirização e, conseqüentemente, precarização do trabalho e retirada dos direitos dos trabalhadores.

Segundo a socióloga Adriana Marcolino, que atua no Dieese, a ideia era reunir todas as informações para construir um quadro sobre o trabalho terceirizado no Brasil, concluindo-se que os ganhos com a terceirização estão muito mais ligados à precarização do trabalho do que à especialização dessa mão de obra. Esse quadro, porém, não retrata a realidade, na opinião do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e ministro aposentado do TST, Roberto Della Manna. "É uma falácia dizer que as empresas terceirizam para economizar. A terceirização ocorre por uma necessidade própria e peculiar de cada empresa", diz. Não se pode ignorar que a terceirização é uma tendência mundial. Os julgamentos no Supremo são de fundamental importância para todos os setores da indústria que terceirizam sua atividade-fim.

Fonte: Valor

Editorial

Estímulos sem criatividade

O recente pacote de estímulos para animar a economia às vésperas das eleições - qualquer governo faria o mesmo - reflete uma tentativa de melhor relacionamento com o setor industrial, mas também demonstra falta de criatividade para enfrentar o desafio de estimular investimentos na indústria.

O modelo de crescer o consumo e, simultaneamente, pretender que a indústria seja o carro-chefe da economia, parece esgotado e inconsistente, pelo menos no que se refere à indústria química brasileira.

A base do investimento industrial se origina na poupança, mas poupar é o inverso de consumir. E o consumo é o que se estimula. Como os bens industriais podem ser importados, a solução é importar para atender ao crescimento da demanda, sem que a nossa oferta interna cresça. Este é o caso da indústria química brasileira.

Ainda, porque a demanda aumenta de forma distribuída por todos os setores da economia, o setor de serviços também é pressionado, mas não podemos importar serviços, nem pontes, estradas e portos, o que resulta no aumento de salários e em gargalos na infraestrutura, que alimentam o custo Brasil, acentuando a perda de competitividade da nossa indústria.

Este mecanismo perverso faz com que a indústria venha a crescer menos que os demais setores da economia, mas ela é o carro-chefe da estratégia adotada pelo governo. Isto parecer ser uma inconsistência na nossa estratégia de crescimento econômico.

Para resolver a questão decidem intervir na economia, impondo preços baixos, e irrealistas, de energia elétrica, gasolina, pedágios, passagens de ônibus, etc. Mas estas ações, ao invés de estimular o investimento - tanto na indústria como nos serviços - criam insegurança sobre os marcos regulatórios. Até quando preços artificiais serão mantidos? Esta é a dúvida que inibe os empresários brasileiros e estrangeiros, sendo que estes últimos preferirão continuar exportando para o País das suas matrizes.

Por estas razões o pacote de estímulos não deverá ter grandes impactos nos investimentos para ampliar a oferta do setor industrial, e como estamos no período eleitoral, renovo meus votos que os estrategistas políticos sejam criativos e apresentem novas alternativas para o nosso crescimento econômico, e para a indústria química em particular.

SIQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

DIRETORIA PLENA - Triênio 2013/2016

Isaac Plachta - Presidente

Antonio Berdige Kessedjian
Antonio Emilio Meireles
Carlos Mariani Bittencourt
Carlos Oliveira Cruz
Carlos Roberto da Silva
Celso da Silva Bueno
Ciro Alves
Edson Kleiber de Castilho
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Flavio Costa Abreu

Gilson Luiz Maurity Santos
Lenilson Marcelo Bezerra
Lincoln Rosa
Manoel Moysés Zauberman
Marjorie Arias
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Nicolau Pires Lages
Paul Antoine Maron Gédéon
Roberto Pinho Dias Garcia
Ronaldo Valle Monteiro
Rubens Muniz

(Relação em Ordem Alfabética)

Homenagem ao Sr. Guilherme Levy Presidente de Honra do SIQUIRJ



dedicou-se com grande firmeza à defesa dos interesses das empresas.

Levy chegou ao Brasil aos 17 anos, para onde seus pais, alemães, resolveram se mudar fugindo do regime nazista. A família instalou-se no Rio de Janeiro, cidade que testemunhou a trajetória empreendedora do empresário: foi vendedor, diretor e fundador de empresas importantes para o país, como Resana S/A Indústria Química e Urepol Participações. O seu hobby era o Rotary Club do Rio de Janeiro, ao qual se dedicava desde 1954.

Isaac Plachta, atual presidente do SIQUIRJ, destaca o esforço que Levy fez em defesa do setor. "Eu diria que se a indústria química é o que é hoje, muito deste sucesso deve ser creditado a Guilherme Levy".

Diversas empresas enviaram a este sindicato manifestações de pesar diante do ocorrido.

O SIQUIRJ demonstra sua gratidão ao senhor Guilherme Levy por toda sua contribuição para a história deste sindicato, ao longo de seus três mandatos à frente da diretoria, e para o setor químico.

Faleceu aos 94 anos o empresário e presidente de honra do SIQUIRJ Guilherme Levy.

Sua trajetória foi marcada pela defesa do setor industrial, com destaque especial do segmento químico, onde, através do SIQUIRJ, como presidente da entidade, no período de 1977-1986,

Déficit em produtos químicos atinge US\$ 14,3 bilhões no primeiro semestre de 2014

As importações brasileiras de produtos químicos no primeiro semestre do ano somaram US\$ 21,1 bilhões, queda de 4,0% em relação a igual período de 2013. Em volume, entretanto, as compras externas ultrapassam 18,1 milhões de toneladas, crescimento de 4,6% e um novo recorde para o período. No mês de junho, especificamente, foram importados US\$ 3,7 bilhões, redução de 11,5% em relação ao valor registrado em maio e de 3,4% na comparação com o mês de junho de 2013.

As exportações brasileiras de produtos químicos, por sua vez, tiveram no mês de junho, uma queda de 2,9% em relação a maio deste ano, totalizando US\$ 1,2 bilhão. No agregado do primeiro semestre, as vendas externas somaram US\$ 6,8 bilhões, queda de 2,9% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

O déficit acumulado da balança comercial de produtos químicos atingiu US\$ 14,3 bilhões no primeiro semestre deste ano. Nos últimos 12 meses (jul/13 a jun/14), esse indicador registra US\$ 31,3

bilhões, mantendo a expectativa de pequeno desvio em relação ao déficit recorde de US\$ 32 bilhões, em 2013.

Os intermediários para fertilizantes, com importações da ordem de US\$ 3,2 bilhões no semestre, foram os produtos mais importados neste ano, apesar da redução de 19,7% em relação a igual período de 2013. Em volume, estes mesmos produtos atingiram 10,1 milhões de toneladas importadas até junho.

Segundo a diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Naranjo, o reestabelecimento do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) em caráter permanente e outras medidas de estímulo à produção, recentemente anunciadas pelo Governo, são importantes para o setor industrial. "O pacote de estímulos fiscais da Medida Provisória nº 651 é um avanço para a indústria. A reinstauração do Reintegra é um fator relevante como estímulo às exportações brasileiras. Porém, é necessário adequar o regime a um patamar que corresponda à realidade dos tributos pagos e não recuperados do processo de industrialização", alerta Denise Naranjo.

Fonte: ABIQUIM

Assinada Convenção Coletiva de Trabalho com TRAQUIMFAR

O SIQUIRJ assinou, em 16 de julho, a Convenção Coletiva de Trabalho com o TRAQUIMFAR (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas com Base Territorial nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis), com vigência a partir de 1º de junho de 2014.

O resultado da Convenção decorreu de um intenso trabalho da Comissão Patronal com os membros da categoria profissional, ressaltando, ademais, o incondicional apoio das empresas nas assembléias realizadas no SIQUIRJ.

A cópia do conteúdo integral da Convenção assinada poderá ser solicitada a Secretaria do SIQUIRJ pelas empresas associadas, mesmo que estejam fora das bases territoriais mencionadas.

Conselho Consultivo da Escola de Química / UFRJ



Ocorreu, no último dia 14 de julho, na sede do SIQUIRJ, a reunião ordinária do Conselho Consultivo da Escola de Química. O Conselho, fundado em 2006 e atualmente presidido por Flávio Cavalcanti (Oxiten), é formado por atuais professores da Escola de Química e ilustres membros do setor industrial, em sua maioria ex-alunos da instituição, e tem como principal objetivo levantar discussões e assuntos relevantes para Academia e Indústria, promovendo uma troca entre as partes, alinhando interesses e aprofundando temas que visem o aprimoramento da instituição.

Na oportunidade, o Diretor da Escola de Química, Eduardo Mach, fez uma breve explanação aos presentes sobre os atuais cursos oferecidos pela instituição (Engenharia Química - integral e noturno, Química Industrial - integral e noturno, Engenharia de Alimentos - integral e Engenharia de Bioprocessos - integral). Também foi informada a data da 81ª Semana da Escola de Química, que ocorrerá de 01 a 05 de setembro. O evento anual marca o reencontro entre ex e atuais alunos da casa, contando com atividades acadêmicas, esportivas e sociais, como o já tradicional baile de encerramento e o show de talentos Prata da Casa.

**A união das empresas é de fundamental importância para a defesa dos interesses comuns.
Visite nosso site: www.siquirj.com.br**